



**Fundação Educacional do Município de Assis  
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis  
Campus "José Santilli Sobrinho"**

**LUIZ ANTONIO RIBEIRO JUNIOR**

**O IMPACTO ECONÔMICO DA PANDEMIA NAS FAMÍLIAS DE BAIXA  
RENDA**

**Assis/ SP  
2022**



Fundação Educacional do Município de Assis  
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis  
Campus "José Santilli Sobrinho"

**LUIZ ANTONIO RIBEIRO JUNIOR**

## **O IMPACTO ECONÔMICO DA PANDEMIA NAS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Administração do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - IMESA e a Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA, como requisito parcial à obtenção do Certificado de Conclusão.

**Orientando:** Luiz Antonio Ribeiro Junior

**Orientadora:** Patrícia Irina Loose de Moraes

**Assis/ SP  
2022**

# O IMPACTO ECONÔMICO DA PANDEMIA NAS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA

LUIZ ANTONIO RIBEIRO JUNIOR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito do Curso de Graduação, avaliado pela seguinte comissão examinadora:

**Orientador:** \_\_\_\_\_  
Patrícia Irina Loose de Moraes

**Examinador:** \_\_\_\_\_  
Inserir aqui o nome do examinador

Assis/ SP  
2022

#### FICHA CATALOGRÁFICA

R484i Ribeiro Junior, Luiz Antonio.

O impacto econômico da pandemia nas famílias de baixa renda  
/ Luiz Antonio Ribeiro Junior – Assis, SP: FEMA, 2022.

30 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Fundação  
Educativa do Município de Assis – FEMA, curso de  
Administração, Assis, 2022.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Patricia Irina Loose de Moraes.

1. Impacto econômico. 2. Pandemia. 3. Economia das Famílias.  
I. Título.

000 000

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à todos os meus familiares e professores que sempre estiveram ao meu lado me incentivando e me auxiliando para que a construção desse trabalho pudesse se concretizar.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos os professores, por confiarem em meu potencial e me auxiliarem nesse período de graduação deixo aqui registrada toda minha gratidão pelo compartilhamento de conhecimento.

Agradeço também à minha família e amigos por sempre estarem presentes me apoiando no desenvolvimento deste trabalho, com certeza fizeram minha caminhada ser mais leve e agradável.

“A riqueza de uma nação se mede pela riqueza do povo e não pela riqueza dos príncipes.”Adam Smith”.

## RESUMO

O impacto da pandemia no mundo provocou diversos problemas que não só os de saúde e sanitários, estendeu-se às questões econômicas e sociais. No Brasil os reflexos atingiram dos grandes negócios aos empreendedores individuais, inclusive a parcela da população que desenvolve atividades informais. O impacto social nas famílias menos favorecidas foi devastador. Identificar se foram realizadas pesquisas que estimaram qual seria o impacto sobre as atividades econômicas e os agregados macroeconômicos inflação e desemprego sobre os mais pobres é o objetivo desse estudo. A Metodologia de trabalho é o estudo bibliográfico, pois busca tratar das informações com base em livros e artigos científicos, na qual a técnica usada para estruturar o trabalho e a coleta e análise de dados e conteúdos secundários. Neste estudo, observou-se o impacto econômico da pandemia nas famílias de baixa renda. Verificou-se as o impacto da pandemia sobre as atividades econômicas no Brasil nas esferas agrícola, industrial e de prestação de serviços, onde pode-se considerar que os achados permitem reflexões que as classes mais baixas, configuram-se como as que mais sofrem com as consequências econômicas advindas da pandemia.

**Palavras-chave:** Impacto Econômico; Pandemia; Econômica das famílias; Baixa Renda.

## **ABSTRACT**

The impact of the pandemic in the world caused several problems that not only health and sanitary issues extended to economic and social issues. In Brazil, the consequences reached from large businesses to individual entrepreneurs, including the portion of the population that develops informal activities. The social impact on disadvantaged families was devastating. Identifying whether surveys were carried out that estimated the impact on economic activities and the macroeconomic aggregates inflation and unemployment on the poorest is the purpose of the survey. The work methodology is bibliography, as it seeks to deal with information based on books and scientific articles, in which the technique used to structure the work is the collection and analysis of data and content. In this study, the economic impact of the pandemic on low-income families was observed. The impact of the pandemic on economic activities in Brazil in the agricultural, industrial and service provision spheres was verified, where it can be considered that the findings allow reflections that the lower classes are the ones that suffer the most from the economic consequences of the pandemic.

**Keywords:** Economic Impact; Pandemic; Family economics; Low Income.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Lista de renda familiar per capita .....	15
Tabela 2: Número de domicílios por nível de Segurança/Insegurança Alimentar no Brasil, macrorregiões e área de moradia .....	17

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina.

CNN – Clabe News Network.

EMBRAPII – Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial.

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados.

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

MET – Micro e Pequenas Empresa.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

PEC – Programa de Estimulo ao Crédito.

PIB – Produto Interno Bruto.

PNDA – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares.

RTN – Resultado do Tesouro Nacional.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

SPE – Secretaria de Política Econômica.

USP – Universidade de São Paulo.

BIP – Business Integration Partners.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO. ....</b>	<b>12</b>
<b>2 O IMPACTO DA PANDEMIA SOBRE A REALIDADE SOCIOECONÔMICA NO BRASIL.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 O Impacto da Pandemia sobre as Atividades Econômicas no Brasil</b>	<b>15</b>
<b>3 OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA MACROECONÔMICA UTILIZADOS DURANTE O PERÍODO PANDÊMICO COMPREENDIDO ENTRE MARÇO/2021 A MARÇO DE 2022.....</b>	<b>18</b>
<b>3.1 Ações para reduzir o impacto econômico da Pandemia do Covid-19</b>	<b>19</b>
<b>4 OS DESAFIOS PARA RETOMADA DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....</b>	<b>25</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>26</b>
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>27</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O impacto da pandemia no mundo provocou diversos problemas que não só os de saúde e sanitários estendeu-se às questões econômicas e sociais. No Brasil os reflexos atingiram dos grandes negócios aos empreendedores individuais, inclusive a parcela da população que desenvolve atividades informais. O impacto social nas famílias menos favorecidas foi devastador (CARDOSO, 2020).

Milhares de brasileiros sofreram com a falta de renda, e sem as condições econômicas mínimas para sobreviver, dependeram quase exclusivamente de doações, provenientes de entidades beneficentes privadas ou órgãos públicos, e do Auxílio Emergencial (BRASIL, 2020).

Essas famílias sofreram com a escassez, não conseguiram obter a maioria dos alimentos, produtos e serviços básicos. Segundo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo – USP estima que 5,4 e 9,1 milhões de brasileiros passam a viver em situação de extrema pobreza e pobreza respectivamente. Os dados divulgados pelo Made USP demonstram que aproximadamente 5,4 milhões de brasileiros vivem na ou estão abaixo da linha de miséria (PIRES; CARDOSO; OLIVEIRA, 2021).

O Brasil, entre o final do ano de 2019 e início de 2020, já enfrentava problemas econômicos, com um PIB de apenas 1,14% (BRASIL, 2020). O encolhimento da atividade econômica refletiu no mercado de trabalho e a taxa de desemprego, também aumentou durante as três primeiras ondas de contaminação do Sars Cov19 contribuindo também na diminuição da fonte de renda de milhares de domicílios (BRASIL, 2021).

Outro agregado macroeconômico torna o contexto ainda mais complexo, o aumento da inflação. Segundo estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA (2021), a inflação pode ainda estender a alta até 2025, cenário que corrobora no agravamento da crise social vivida no Brasil, aprofundada pelos reflexos da pandemia.

A pandemia ocasionou vários problemas para as famílias de baixa renda, entre os problemas se observa também o aumento do desemprego. O impacto do covid-19 ocasionou muitas demissões, pois uma vez que o consumo diminuiu custos de produção que

também são reduzidos, incluindo-se os custos com o fator produtivo mão de obra (SOUZA; et al, 2020).

A alta da inflação que também foi e ainda é uma problemática especialmente para as famílias de baixa renda caracteriza-se por ser a alta dos preços dos produtos, como inúmeros fatores influenciaram na produção de algumas mercadorias básicas e pela diminuição da produção, ocasionou um aumento dos preços desses produtos. Além disso também houve alguns aumentos dos serviços básicos, como água, combustível e energia. Embora o desemprego e inflação já fizessem persistentes e tendiam ao agravamento antes do quadro pandêmico, com o contexto do covid-19, o quadro se agravou (KOMATSUI; MENEZES-FILHO, 2020)

Diante do contexto apresentado, o problema de pesquisa que se formula é se o período pandêmico observado no Brasil, entre março de 2020 a 2022, de fato foi o mais severo para os brasileiros mais pobres?

Identificar se foram realizadas pesquisas que estimaram qual seria o impacto sobre as atividades econômicas e os agregados macroeconômicos inflação e desemprego sobre os mais pobres é o objetivo da pesquisa.

A Metodologia de trabalho é o estudo bibliográfico bibliografia, pois busca tratar das informações com base em livros e artigos científicos, na qual a técnica usada para estruturar o trabalho e a coleta e análise de dados e conteúdos.

A pesquisa estrutura-se da seguinte forma: Introdução, que visa realizar uma explanação geral inicial acerca do trabalho; seguido do capítulo que aborda questões do impacto da pandemia sobre a realidade socioeconômica no Brasil; o próximo capítulo explana acerca dos instrumentos de política macroeconômicas utilizadas durante o período pandêmico compreendido entre março/2021 a março de 2022; e, por fim, são expostos os desafios para retomada do crescimento e desenvolvimento econômico; seguido das considerações finais trazendo os resultados do trabalho e lista de referências utilizadas.

## 2. O IMPACTO DA PANDEMIA SOBRE A REALIDADE SOCIOECONÔMICA NO BRASIL

A realidade socioeconômica é toda prática que relaciona situações, circunstâncias e aspectos que afetem tanto a ordem social como a economia de um local. Ela age diretamente na vida das pessoas, pois é a realidade socioeconômica do indivíduo dita seu estilo de vida, ou seja, ela afeta tanto positiva quanto negativamente a vida das pessoas. A atividade econômica de uma localidade também é diretamente influenciada pela sua realidade socioeconômica, pois numa região com baixo índice de desenvolvimento socioeconômico conseqüentemente possuíra níveis baixos essa região será considerada subdesenvolvida em relação à áreas mais privilegiadas (CANO, 1993).

Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) uma pessoa pobre é aquela que não tem dinheiro para garantir uma refeição que forneça 1750 calorias por dia (FAO, 2022). Para a ONU, uma pessoa pobre é que tem uma renda equivalente a R\$1,90 por dia (ONU, 2022).

No que tange especificamente ao território brasileiro por conta do processo colonizador e da escravidão, o território brasileiro sempre foi um país onde havia muitas pessoas pobres. Com o fim da escravidão e o êxodo rural, as cidades não tinham infraestrutura para a chegada de mais gente. Assim, o fenômeno da pobreza se acentuou. No entanto, a partir dos anos 90 do século XX, com a estabilidade econômica, a renda per capita dos brasileiros foi aumentando gradativamente. Já os que vivem em pobreza extrema são aqueles que vivem com 70 reais por mês. No Brasil, 8% da população ou um pouco mais de 16 milhões são considerados extremamente pobres. Mais da metade dos extremamente pobres vive no Nordeste e das 50 cidades mais pobres do Brasil, 26 estão no Maranhão (CEPAL, 2020, p.4).

Pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva com base nos dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). mostra que a pandemia do Covid-19 diminuiu o percentual da classe média ao seu menor número em mais de 10 anos. O estudo identificou que o percentual da população brasileira pertencente à classe média tradicional caiu de 51% em 2020 para 47% em 2021, equiparando-se à classe baixa, que também representa 47% da população. A pesquisa mostra que 6 em cada 10 brasileiros de classe média afirmam ter tido perda de renda de 2020 para 2021. Em números exatos conforme a pesquisa a crise em decorrência da

pandemia do covid-19 levou 4,9 milhões de brasileiros para a classe baixa (LOCOMOTIVA, 2021).

**Tabela 1:** Critério de renda familiar per capita.

<b>CRITÉRIO DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA</b>		
<b>Classes</b>	<b>Valor per capita – mês</b>	<b>Renda domiciliar média – mês</b>
<b>Classe A</b>	<b>Acima de R\$ 3.755,77</b>	<b>R\$20.643,77</b>
<b>Classe B</b>	<b>R\$ 1.543,20 a R\$ 3.755,76</b>	<b>R\$7.202,57</b>
<b>Classe C1</b>	<b>R\$ 970,75 a R\$ 1.543,19</b>	<b>R\$4.206,45</b>
<b>Classe C2</b>	<b>R\$ 667,87 a R\$ 970,74</b>	<b>R\$2.971,37</b>
<b>Classe C3</b>	<b>R\$ 440,71 a R\$ 667,86</b>	<b>R\$2.238,20</b>
<b>Classe D1</b>	<b>R\$ 245,35 a R\$ 440,70</b>	<b>R\$1.585,52</b>
<b>Classe D2</b>	<b>R\$ 122,68 a R\$ 245,34</b>	<b>R\$981,63</b>
<b>Classe E</b>	<b>Até R\$ 122,67</b>	<b>R\$262,02</b>

**Fonte:** LOCOMOTIVA, 2021.

Outro dado que é de extrema relevância de se analisar, é o Índice de Desenvolvimento Humano, onde de acordo com CNN (Cable News Network) Brasil (2020), o Brasil ficou na 84ª colocação com um Índice de Desenvolvimento Humano IDH de 0,765. Já no ano de 2020 o Brasil caiu 5 posições ficando na colocação 89ª entre 189 países.

“Pode-se considerar que apesar de não ter havido um retrocesso, o ritmo de avanço do Brasil foi mais lento do que o de outros países no período pandêmico, o que o fez perder posições” (CNN BRASIL, 2020, p.2). Todavia, o Brasil permanece no grupo de nações com alto IDH.

## **2.1 O Impacto da Pandemia sobre as atividades econômicas no Brasil**

Conforme o Governo Federal, Impactos econômicos da pandemia no Brasil poderão ser observados até 2045. O estudo é de outubro de 2021, onde um grupo de pesquisadores especializados em mudança do clima e economia, da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede CLIMA), do Ministério da Ciência, Tecnologia e



Inovações (MCTI), avaliaram os impactos econômicos provocados pela Covid-19 (BRASIL, 2021, 46).

O coordenador do grupo de pesquisa, Edson Domingues ressalta que um dos aspectos de longo prazo dos efeitos da pandemia é o impacto sobre emprego, mercado de trabalho e das próprias fatalidades sobre a geração de consumo e renda (BRASIL, 2021).

Dados da pesquisa demonstram que no futuro, serão menos pessoas consumindo, gerando renda onde os efeitos de perda potencial de consumo são mais elevados em 2021 devido ao aumento no número de óbitos, acarretando assim numa problemática grave para as atividades econômicas de todo o país (BRASIL, 2021).

A pesquisa ainda revelou que em fevereiro de 2021 houve o desaquecimento da atividade industrial o que provocou uma retração do faturamento (-3,3%), da massa salarial (-1,1%), do rendimento médio (-1,8%) e da utilização da capacidade instalada (-0,4 ponto percentual) (BRASIL, 2021).

Acerca das medidas para a contenção da baixa do desenvolvimento econômico e consequentemente social no Brasil cita como principal quesito a inclusão do:

Auxílio emergencial e a permissão do saque emergencial do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS que ajudaram a recompor parte das perdas de renda da população com a pandemia. Com isso, algumas famílias mais vulneráveis até observaram aumento da renda e puderam, inclusive, aumentar o consumo, sobretudo de bens de consumo não duráveis, como alimentos, material de limpeza e produtos de higiene pessoal (BRASIL, 2021, p.45).

De acordo com as pesquisas da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, como consequência da forte recessão econômica na América Latina, houve uma queda do PIB de -7,7%, elevando assim a taxa da extrema pobreza se situou em 12,5% e a taxa da pobreza atingiu 33,7% da população no ano de 2020. Isso significa que o total de pessoas pobres chegou a 200 milhões no final de 2020, 22 milhões de pessoas a mais do que no ano anterior. Desse total, 78 milhões de pessoas estavam em situação de extrema pobreza, 8 milhões a mais do que em 2019 o que acarreta num imenso impacto socioeconômico sobre os mais pobres trazendo ainda mais pobreza, miséria, fome e desemprego o que acarreta em mais exclusão dessa classe que já vive à margem da sociedade mais que possui uma maior estabilidade financeira e consequentemente social (CEPAL, 2020).

O Coordenador da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e economista o pesquisador Nilson Maciel de Paula ressalta que há uma tendência de alta no preço dos alimentos que se observa há, pelo menos, três anos.

Corroborando com a citação de Nilson dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) apontam que entre 2018 e 2021 os alimentos ficaram, em média, 43% mais caros para o consumidor final em decorrência da pandemia que veio por agravar esse cenário que já era delicado no Brasil. O mesmo ocorreu em relação ao desemprego, onde segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil só deve retornar ao nível pré-pandemia em 2024 (PÚBLICA, 2022).

O economista Nilson Maciel de Paula em sua pesquisa Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, analisou o impacto da pandemia no aspecto da segurança alimentar da população brasileira. Na pesquisa analisou-se uma amostra de 2.180 domicílios, e se pode concluir que: 116 milhões de pessoas, ou seja, mais da metade dos lares brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar e 19 milhões passavam fome. Assim, o economista alerta para a inflação de alimentos observada no Brasil e a combinação de pouca atividade econômica com o cenário de aumento de preços conforme demonstra na Tabela 2 (VIGISAN, 2021).

**Tabela 2:** Número de domicílios por nível de Segurança/Insegurança Alimentar no Brasil, macrorregiões e área de moradia.

Macrorregiões	Número de moradores de domicílios em Segurança e Insegurança Alimentar				
	Total	Segurança Alimentar	Insegurança Alimentar leve	Insegurança Alimentar moderada	Insegurança Alimentar grave
<b>Brasil</b>	211.752.656	94.910.100	73.423.348	24.284.652	19.134.556
<b>Grandes regiões</b>					
Norte	15.784.923	5.821.979	4.893.907	2.219.719	2.849.319
Nordeste	55.830.694	15.708.938	22.944.801	9.491.974	7.684.981
Centro-Oeste	16.512.384	7.716.552	5.715.511	1.934.023	1.146.298
Sudeste/Sul	123.624.655	65.662.631	39.869.129	10.638.937	7.453.958
<b>Zona Residencial</b>					
Urbana	181.242.978	82.709.666	63.347.618	19.725.548	15.460.147
Rural	30.509.678	12.200.434	10.075.730	4.559.105	3.674.409

**Fonte:** VIGISAN, 2021.

Pode-se afirmar que a relação entre a inflação e o desemprego com a realidade socioeconômico nesse período pandêmico é decorrente de políticas públicas desmanteladas, sendo assim seu enfrentamento implica recuperar a capacidade do Estado de agir em favor do interesse público especialmente das famílias fragilizadas socialmente.

### **3. OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA MACROECONÔMICA UTILIZADOS DURANTE O PERÍODO PANDÊMICO COMPREENDIDO ENTRE MARÇO/2021 A MARÇO DE 2022**

A política econômica brasileira possui três instrumentos principais de política macroeconômica, são eles a política monetária, cambial e fiscal (CARVALHO; et al, 2000, p.94).

A seguir serão brevemente conceituados tais instrumentos.

- **Política monetária**

“A política monetária caracteriza-se por realizar o controle da quantidade de moeda em circulação objetivando assim controlar a inflação, através do controle da quantidade de dinheiro circulando no mercado” (CARVALHO; et al, 2000, p.36).

Montes e Feijó (2007) destacam que o governo se utiliza de medidas para o controle monetário, são elas a política expansionista que é quando a inflação está baixa, o governo toma medidas para estimular o consumo, onde ele injeta dinheiro na economia, e a política contracionista, onde nela o governo busca reduzir a inflação, por meio de medidas visando desestimular o consumo, esse caso é menos utilizado que a expansionista, porém pode ocorrer a fim de, equilibrar a economia.

- **Política fiscal**

A política fiscal é considerada como o instrumento mais importante da política econômica, haja vista, que ela consiste no planejamento orçamentário do Estado (ORAIR; GOBETTI; SIQUEIRA, 2016).

Gobetti e Orair (2015), ressaltam que quando as receitas são superiores aos gastos, ocorre uma situação de superavit. Em contrapartida que quando os gastos são maiores do que as receitas, ocorre o deficit. Assim, os autores finalizam comentando que a política fiscal objetiva o equilíbrio das contas públicas.

- **Política cambial**

A política cambial se relaciona às taxas de câmbio brasileiras. No Brasil se utiliza da taxa de câmbio flutuante, onde o valor do real varia diariamente (PRATES, 2009, p.83).

Garcia e Urban (2004) afirmam que a política cambial é de suma importância, pois ela pode gerar vários impactos em fatores macroeconômicos, como por exemplo, as exportações e importações. Isso ocorre porque, quando a moeda estrangeira está em um momento de alta, a tendência é que os produtores nacionais direcionam seus produtos para as exportações.

### **3.1 Ações para reduzir o impacto econômico da Pandemia do Covid-19**

O Ministério da Economia cria Medidas econômicas voltadas para a redução dos impactos da Covid-19. Tais medidas deram início no dia 16 de março de 2020 com a notícia que serão destinados R\$ 83,4 bilhões para a população mais idosa e mais R\$ 60 bilhões para a manutenção de empregos; haverá suspensão por três meses do prazo para empresas pagarem o FGTS, destinação de R\$ 5 bilhões de créditos para as micro e pequenas empresas com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador); contribuições devidas ao Sistema S sofrerão redução de 50% por três meses; haverá antecipação da segunda parcela do 13º salário de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em maio e pagamento em junho do abono salarial, entre outras medidas (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Assim, após o início da pandemia diversas outras medidas foram utilizadas para reverter os problemas socioeconômicos, como o estímulo à economia, onde micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais foram beneficiados com pacote de medidas executadas pelo governo que atingiram R\$ 1,169 trilhão em investimento (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

O Governo federal doou um imóvel para a Fiocruz visando ampliar a atuação no combate à pandemia o terreno, avaliado em R\$ 60,3 milhões fica em Manginhos (RJ), em frente ao campus da instituição, e abrigou um novo prédio de pesquisas (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

No dia 10 de setembro de 2020 o Secretário de Governo Digital do Ministério da Economia, Luis Felipe Monteiro, destacou que até o momento haviam ocorridos 3,7 mil serviços públicos ofertados à 112 milhões brasileiros, alguns desses foram a Carteira de Trabalho Digital, a Carteira Digital de Trânsito e o Auxílio Emergencial (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Acerca do Auxílio Emergencial considera-se que esse foi uma obra do parlamento brasileiro em parceria com o Executivo que auxiliou a vida de milhões de brasileiros que ficaram desamparados por conta da pandemia e já estava instaurado no dia 30 de março de 2020 com a aprovação do Senado Federal (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020, p.46).

Avançando na linha do tempo no final de março de 2021 Lei autoriza INSS a conceder o auxílio por incapacidade temporária (auxílio-doença) de forma remota, mediante a análise de atestado e outros documentos médicos, sem a necessidade de perícia presencial. INSS estende até dezembro de 2021 a ampliação da margem de crédito consignado de 35% para 40% para seus beneficiários, sendo 35% para o empréstimo consignado e 5% para o cartão de crédito, além de facultar a concessão de carência de 120 dias para pagamento das operações de crédito consignado, com incidência de juros e encargos. A fim, de auxiliar as famílias mais pobres durante a pandemia o Ministério Público abre crédito extraordinário de R\$ 5,324 bilhões em favor do Ministério da Saúde para intensificar as ações de enfrentamento à Covid-19 (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Em 26 de julho de 2021 a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia divulga a análise Conjuntura Macroeconômica e Arrecadação Bruta de Tributos Federais, apontando que o Brasil alcançou cenário sólido de recuperação da atividade econômica após os impactos da pandemia da Covid-19, sendo o mais recente indicador positivo o resultado da arrecadação federal em junho de 2021 – R\$ 137,169 bilhões, o que representa crescimento real de 46,77% ante junho do ano passado. Em 27 de julho de 2021 o Ministério da Economia desbloqueia R\$ 4,5 bilhões para despesas, sendo R\$ 1,557 bilhão para o Ministério da Educação, ao qual estão vinculados hospitais universitários distribuídos por todo o país auxiliando assim, famílias de baixa renda (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

No dia 2 de dezembro de 2021 é instituído o Programa de Estímulo ao Crédito (PEC), direcionado a microempreendedores individuais (MEI), a micro e pequenas empresas, a produtores rurais com faturamento de até R\$ 4,8 milhões e a cooperativas e associações de pesca e de marisqueiros. Já em 21 de dezembro de 2021 entra em funcionamento o Balcão Único na Junta Comercial do Distrito Federal, facilitando a abertura de empresas, de forma simplificada e automática, com redução de tempo e de custos, além de reduzir a exposição dos cidadãos ao novo coronavírus; Edição de dezembro da “Conjuntura Macroeconômica e Arrecadação Bruta de Tributos Federais”, da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, aponta que as medidas adotadas pelo governo federal, em conjunto com o Congresso Nacional, continuam relevantes para mitigar

os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre a economia brasileira (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Migrando para o ano de 2022, na data de 3 de março de 2022 é constatado pela Balança comercial um superavit de US\$ 4,05 bilhões em fevereiro, o que representa alta de 108,9% sobre o mesmo mês de 2021, pela média diária – atingindo o melhor saldo desde fevereiro de 2017 e o segundo maior da série histórica, iniciada em 1989 –, impulsionada por recordes de exportações, importações e corrente de tanto no mês quanto no primeiro bimestre de 2022. São trazidas novidades também pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que anuncia que o Produto Interno Bruto (PIB) do país avançou 0,5% no quarto trimestre de 2021 e encerrou o ano com crescimento de 4,6%, totalizando R\$ 8,7 trilhões; Nota Informativa “Resultado do Produto Interno Bruto (PIB) de 2021 e perspectivas”, da Secretaria de Política Econômica (SPE), traz dados que comprovam a retomada do crescimento brasileiro sob bases sólidas, impulsionado pelo binômio econômico de ações de consolidação fiscal e de aumento da produtividade (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Em 8 de março de 2022 as mulheres conseguem uma grande conquista na área do empreendedorismo através do Governo federal que lança, no âmbito da Estratégia de Empreendedorismo Feminino, o programa Brasil Pra Elas, que vai assegurar mais crédito dos bancos federais às mulheres e à educação empreendedora por meio de consultorias (capacitação e qualificação) da rede nacional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) com o objetivo de promover ações que contribuam para a autonomia econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade, em alinhamento com o disposto no Programa Auxílio Brasil, de forma a impulsionar a capacidade de reação da parcela feminina da população após os impactos econômicos provocados pela pandemia do novo coronavírus (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

O mês de março de 2022 mostrou promissor em relação à econômica do país em comparação ao mesmo período do ano passado, trazendo inúmeros avanços como o demonstrado no dia 17, onde o Governo federal lança o Programa Renda e Oportunidade, que traz, entre as medidas, o saque extraordinário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – que beneficiará 40 milhões de trabalhadores – e a ampliação da margem dos empréstimos consignados; Boletim Macro Fiscal e o Panorama Macroeconômico de março, da Secretaria de Política Econômica (SPE), mostram que o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) foi estimado em 1,5% em 2022 (ante 2,1%, na grade anterior)

e em 2,5% para 2023. E finaliza os três últimos dia do mês trazendo mais instrumentos macroeconômicos positivos para o país, onde o Ministro Paulo Guedes explica a política econômica adotada pelo governo brasileiro e o nível de investimentos alcançados nos últimos três anos, mesmo com o país sentindo os impactos da pandemia da Covid-19 e destaca o processo de acessão do Brasil à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). É divulgado o Resultado do Tesouro Nacional (RTN) de fevereiro de 2022. Publicada medida provisória que abre crédito de R\$ 1,2 bilhão para agricultores familiares afetados pela estiagem; dentre outras medidas. E finaliza o mês com a notícia do Ministro Paulo Guedes que defende as reformas econômicas em reunião com a ministra da Economia espanhola; Ministério da Economia anuncia que a simplificação do processo de autorização para abertura de filiais de empresas estrangeiras por meio da plataforma GOV.BR permitiu que o país alcançasse a marca histórica de 36 novas empresas do exterior solicitando a instalação em solo brasileiro (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

A seguir serão brevemente expostas medidas que foram utilizadas para reverter a crise socioeconômica especificamente sobre as atividades dos setores agrícola, industrial e comercial e prestação de serviços.

### **Agrícola**

A principal estratégia em relação à agricultura e a comercialização de alimentos no período da pandemia em está no aumento das compras virtuais. Seja por meio de aplicativos como o WhatsApp, ou por demais aplicativos ou plataformas de compras online (SCHNEIDER; et al, 2020).

Fato é que têm crescido o comércio de alimentos mediado por tecnologias da informação. Essa nova dinâmica de comercialização de produtos agrícolas advindas de estratégias para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 têm transformado as práticas de entregas e os modos como os agricultores ofertam seus produtos (PREISS, 2020).

### **Industrial**

Acerca das medidas adotadas para a área industrial que visem reverter a crise socioeconômica no Brasil, pode citar que foram emitidos por decretos na esfera federal, medidas de caráter tributário, determinando redução ou isenção temporária de alíquotas do

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para itens críticos, além de terem sido reduzidas para zero as tarifas de importação de diversos produtos para o combate à Covid-19 (BNDS, 2020).

Demais medidas emitidas pelo Governo Federal embasam-se em investimentos da ordem de R\$ 703 milhões em compras públicas, com dispensa de licitação para itens como álcool em gel, sabonete líquido, termômetro digital, máscara e equipamentos mais complexos, como respirador. Houve também a proibição de exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao enfrentamento da Covid-19 no Brasil (BNDS, 2020).

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) lançaram um edital de inovação para a indústria em fins de março de 2020, com dotação de R\$ 20 milhões, voltado ao desenvolvimento de projetos de prevenção, diagnóstico e tratamento da Covid-19 o que viabiliza o desenvolvimento comercial e de prestação de tais serviços (BNDS, 2020).

### **Comercial e Prestação de Serviços**

As medidas adotadas para as áreas de comércio e prestação de serviços iniciaram-se desde o início da pandemia em março de 2020, a fim de, “sustentar a estrutura produtiva e evitar a perda de empregos e a destruição de capacidades nas empresas” (SOUZA JUNIOR; et al, 2022, p.54).

Dessa forma, a CEPAL identificou 351 ações, visando a liquidez, o crédito, a ajuda direta, a proteção ao emprego, e o apoio à produção e exportações. Assim, a CEPAL enfatizou a necessidade de dar uma resposta em grande escala para evitar a destruição de capacidades produtivas evitando assim um maior aumento de impostos e taxas que já se mostravam em grande crescimento até mesmo antes da pandemia. Nesse sentido, foi necessário que se propusesse ações de liquidez auxiliando assim, a proteção ao emprego e às produções. Para isso, propôs quatro conjuntos de medidas (CEPAL, 2020, p.16):

1. Ampliar os prazos e os alcances das linhas de intervenção em termos de liquidez e financiamento para as empresas.
2. Cofinanciar a folha de pagamento das empresas durante seis meses para evitar a destruição de capacidades.



3. Realizar transferências diretas para os trabalhadores autônomos.
4. Apoiar as grandes empresas de setores estratégicos gravemente afetadas pela crise.

Essas foram exemplos de ações visando a liquidez, crédito e proteção ao emprego

#### **4. OS DESAFIOS PARA RETOMADA DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Conforme o Portal Indústria (2022) o Brasil enfrentará desafios para a retomada do crescimento e desenvolvimento econômico pós período pandêmico, pois a pandemia gerou uma imprevisibilidade de projeção de cenários futuros causando assim uma incerteza no que tange nossa economia nos próximos anos. Pois diante das medidas de isolamento sociais decretadas pelo governo federal e pela órgão “Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, foi escancarado um cenário de desigualdade social e de crise econômica que já era preocupante no país” (PORTAL INDÚSTRIA, 2022, p.8).

Medidas são citadas visando uma melhoria das atividades econômicas no Brasil, como o investimento em serviços personalizados a fim de, gerar a redução de gastos, questão que vem sendo amplamente adotada através do home office. Assim, para esse segmento é de indubitável importância que ocorra uma revisão da aplicação de novas estratégias que objetivem a transformação do negócio a curto prazo para que seus prejuízos não sejam tão exorbitantes (PORTAL DA INDUSTRIA, 2022).

Com o relaxamento das medidas de isolamento social, “muitos setores que estavam com suas atividades reduzidas puderam retornar às atividades normais. E a partir disso surgiu o desafio de enfrentamento de uma crise econômica” (ESTADÃO, 2022, p.6).

Em estudo realizado pela consultoria internacional BIP (Business Integration Partners) revela que os setores mais afetados são os chamados não essenciais como combustíveis, esportes, shows e eventos, aviação, turismo e hotelaria. Segundo a instituição, “será necessário que estes setores praticamente retomem suas economias do zero, o que consequentemente tornará a retomada econômica do país muito lenta” (ESTADÃO, 2022, p. 8).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, observou-se o impacto econômico da pandemia nas famílias de baixa renda. Verificou-se o impacto da pandemia sobre as atividades econômicas no Brasil nas esferas agrícola, industrial e de prestação de serviços, onde pode-se considerar que os achados permitem reflexões que as classes mais baixas, configuram-se como as que mais sofrem com as consequências econômicas advindas da pandemia.

Desse modo, como citado no decorrer do estudo, o Brasil vem enfrentando inúmeras problemáticas, desde o início da pandemia. No entanto, vale destacar que tais fatores não decorrem apenas pela existência da COVID-19, mas sim, em decorrência de agravos devido a um contexto econômico e social já sensibilizado.

Assim, conforme demonstrado no estudo o Brasil segue com um grande desafio de retomada de sua economia após o cenário pandêmico e que somente com práticas e políticas públicas que visem o reestabelecimento econômico o povo, em especial as famílias de baixa renda poderão, enfim, encarar com mais tranquilidades suas finanças e consequentemente suas condições de vida digna.

## 6. REFERÊNCIAS

BNDES. **Políticas econômicas de enfrentamento da covid-19: da conjuntura global ao (o) caso da indústria brasileira.** Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, p. 45-103, 2020.

BRASIL. **Impactos econômicos da pandemia no Brasil poderão ser observados até 2045.** 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2021/10/impactos-economicos-da-pandemia-no-brasil-poderao-ser-observados-ate-2045>>. Acesso em 05 de abril de 2022.

BRASIL. **Nota informativa: atividade econômica e resultados do PIB 2020.** Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-informativas/2021/ni-atividade-economica-pib-2020-e-perspectivas.pdf>>. Acesso em 23 de novembro de 2021.

BRASIL. **Nota informativa: atividade econômica e resultados do PIB 2019.** Ministério da Economia: 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-informativas/2020/nota-informativa-resultados-pib.pdf>>. Acesso em 23 de novembro de 2021.

BRASIL. **Pnad 2020: cai rendimento do trabalho e aumenta transferência de renda.** EBC: 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-11/pnad-cai-rendimento-do-trabalho-e-aumenta-transferencia-de-renda>>. Acesso em 23 de novembro de 2021.

CANO, W. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des) ordem internacional.** Campinas: Unicamp, 1993.

CARDOSO, D. F. **Capital e trabalho no Brasil no século XXI: o impacto de políticas de transferência e de tributação sobre desigualdade, consumo e estrutura produtiva.** Rio de Janeiro: BNDES, 2020.

CARVALHO, F. C; et al. **Economia Monetária e Financeira: teoria e política.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

CEPAL. **Pandemia provoca aumento nos níveis de pobreza sem precedentes nas últimas décadas e tem um forte impacto na desigualdade e no emprego.** 2020. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-pobreza-sem-precedentes-ultimas-decadas-tem-forte>>. Acesso em 04 de abril de 2022.

CEPAL. **Os impactos da pandemia nos setores produtivos mais afetados irão alcançar um terço do emprego e um quarto do PIB da região.** 2020. Disponível em:

<<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/os-impactos-pandemia-setores-produtivos-mais-afetados-irao-alcancar-terco-emprego-quarto>>. Acesso em 20 de maio de 2022.

CNN BRASIL. **Índice de desenvolvimento humano de 189 países**. 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/veja-o-ranking-completo-de-todos-os-paises-por-idh/>>. Acesso em 05 de abril de 2022.

ESTADÃO. Desafios do desenvolvimento brasileiro: crescimento econômico. 2022. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/desafios-do-desenvolvimento-brasileiro-crescimento-economico/>>. Acesso em 17 de junho de 2022.

FAO. **Ajudar a eliminar a fome, a insegurança alimentar e a má nutrição**. 2022. Disponível: <<https://www.fao.org/portugal/acerca-de/pt/>>. Acesso em 04 de abril de 2022.

GARCIA, M; URBAN, F. **O Mercado Interbancário de Câmbio**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2004.

GOBETTI, S. W; ORAIR, R. O. **Flexibilização fiscal: novas evidências e desafios**. Brasília: Ipea, 2015.

IPEA. **Carta de conjuntura: crédito e juros**. n. 50, Nota de Conjuntura 14, 4o Trimestre de 2021. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/211118\\_nota\\_14\\_boletim\\_expectativa\\_final.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/211118_nota_14_boletim_expectativa_final.pdf)>. Acesso em 23 de novembro de 2021.

KOMATSU, B. K; MENEZES-FILHO, N. **Simulações de impactos da Covid-19 e da Renda Básica Emergencial sobre o desemprego, renda, pobreza e desigualdade**. São Paulo: Ínsper, 2020.

LOCOMOTIVA. **Classe média: Impacto econômico da pandemia.2021**. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2021/04/impacto-economico-na-classe-media-2021.pdf>>. Acesso em 05 de abril de 2022.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Medidas econômicas voltadas para a redução dos impactos da Covid-19**. 2020. Disponível em: <[https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline?b\\_start:int=450](https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline?b_start:int=450)>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

MONTES, G. C; FEIJÓ, C. A. Reputação, credibilidade e transparência da autoridade monetária e o Estado de expectativa. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 30-52, 2007.

ONU. **Central regional de informação para a Europa ocidental**. 2022. Disponível em: <<https://unric.org/pt/eliminar-a-pobreza/>>. Acesso em 04 de abril de 2022.

ORAIR, R. O; GOBETTI, S. W; SIQUEIRA, F. F. **Política fiscal e ciclo econômico: uma análise baseada em multiplicadores de gasto público**. Trabalho apresentado no XXI Prêmio Tesouro Nacional de Monografias, Brasília, 2016.

PIRES, L. N; CARDOSO, L; OLIVEIRA, A. L. M. **Nota de política econômica: Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza**. Made USP, São Paulo: 2021. n.10. Disponível em:<<https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/04/NPE-010-VF.pdf>>. Acesso em 23 de novembro de 2021.

PORTAL INDUSTRIA. **Os desafios da retomada da economia e do crescimento pós-pandemia**. 2022. Disponível em: <<https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/retomada-do-crescimento-pos-pandemia/>>. Acesso em 17 de junho de 2022.

PRATES, D.M. **Os determinantes das taxas de câmbio nominal e real no Brasil no período 2003-2007**. in FERREIRA, F; MEIRELES, B. Ensaio Sobre Economia Financeira, Rio de Janeiro: BNDES, 2009.

PREISS, P. **Challenges facing the Covid-19 pandemic in Brazil: lessons from short food supply systems**. Agric Hum Values, Agriculture, Food & Covid-19, 2020.

PÚBLICA. **Inflação e desemprego devem agravar fome no Brasil em 2022**. 2022. Disponível em: <<https://apublica.org/2022/01/2022-inflacao-e-desemprego-devem-agravar-fome-no-brasil-diz-economista/>>. Acesso em: 07 de abril de 2022.

SCHNEIDER, S; et al. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos avançados**, v.34, n.100, p.167-188, 2020

SOUZA, P; et al. **Estimativas de público elegível e custos do benefício emergencial criado pelo PL 9.236/2017**. Brasília: Ipea, 2020.

SOUZA JUNIOR; et al. **Visão Geral da Conjuntura**. 2022. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220331\\_cc\\_54\\_nota\\_34\\_vi\\_sao\\_geral.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220331_cc_54_nota_34_vi_sao_geral.pdf)>. Acesso em 20 de maio de 2022.

VIGISAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2021. Disponível em: <[http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf)>. Acesso em 07 de abril de 2022.